



CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

Missão: “Viabilizar a cooperação entre as igrejas batistas no cumprimento de sua missão como comunidade local “

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2015.

Assunto: MANIFESTO REFERENTE À OPERAÇÃO “LAVA JATO”.

“Como é feliz a nação que tem o Senhor como Deus, o povo que ele escolheu para lhe pertencer!” Salmos 33:12

DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA
AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

COM CÓPIAS PARA:
PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
LÍDERES DAS BANCADAS EVANGÉLICAS DAS DUAS CASAS LEGISLATIVAS.
DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL
ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL

A **CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA (CBB)**, representando os mais de três milhões de Batistas brasileiros e congregados, atuando atualmente em todo o território nacional há mais de 130 (cento e trinta) anos, através de seu Conselho Geral, vem muito respeitosamente, por seu presidente, manifestar seu sentimento em relação às inquietantes questões relacionadas ao interesse público, no que tange aos aspectos éticos e morais confrontantes com nossos princípios e valores emanados da palavra que temos por regra de fé e prática, a Bíblia Sagrada.

O presente cenário, além de ferir nosso senso de dignidade e respeito ao cidadão brasileiro, despreza também os princípios consagrados por nosso arcabouço jurídico, como: legalidade, moralidade, eficiência, dentre outros.

Acompanhando às ações e iniciativas de combate efetivo à corrupção, especialmente em relação à operação chamada “LAVA JATO”, envolvendo agentes públicos e privados, bem como a apresentação de proposta de anteprojetos de lei pelo Ministério Público Federal, que visam agilizar, efetivamente, o combate à corrupção, materializada através das medidas que seguem:

“agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações criminais; instituir o teste de integridade para agentes públicos; criminalizar o enriquecimento ilícito; aumentar as penas para corrupção de altos valores; responsabilizar partidos políticos e criminalizar a prática do caixa 2; revisar o sistema recursal e as hipóteses de cabimento de habeas corpus; alterar o sistema de prescrição; instituir outras ferramentas para recuperação do dinheiro desviado.” (fonte: www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/10-medidas)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL apresentou as propostas acima elencadas e, diante da coerência e relevância social das mesmas, **manifestamos nosso inteiro apoio** a estas medidas emanadas dos valorosos guardiões da Lei e do bem-estar coletivo. Reiteramos que, por entender que as referidas propostas de anteprojeto representam os mais legítimos anseios do povo brasileiro, apresentamos nossos cumprimentos aos ilustres membros do MPF.

Respeitando e valorizando o importante trabalho das autoridades que agem com dignidade e respeito à investidura a elas confiadas e deste mui digno MPF, desejosos de continuar trabalhando pelo bem-estar de nossa comunidade e do nosso país, colocamo-nos ao seu inteiro dispor para iniciativas de apoio que se façam necessárias.

Na expectativa que o presente manifesto receba de Vossas Excelências a devida atenção e registro, com conseqüente leitura nos colegiados correspondentes.

Com nossas orações,

Vanderlei Batista Marins
Pr. Vanderlei Batista Marins